

A mediação da informação para mulheres nas bibliotecas comunitárias de Londrina

Barbara Angelica Colono¹
Luciane de Fátima Beckman Cavalcante²

Resumo: O processo histórico e os avanços tecnológicos nos fizeram desaguar em um universo sustentado pela informação, vivemos no que muitos definem como Sociedade da Informação, na qual as estruturas econômicas, políticas, tecnológicas e sociais se configuram em função da informação e do conhecimento, propalados intensamente no século XX. A quantidade e a velocidade com que somos atingidos por mensagens, atualmente, é incalculável; a tecnologia possibilitou maior autonomia e acesso aos mais diversos conteúdos, porém precisamos nos questionar: todos os sujeitos estão inseridos nessa sociedade da informação? Ela existe de fato ou é apenas uma utopia? Pensando nas desigualdades informacionais existentes na cidade de Londrina/PR e na opressão em relação às mulheres, este projeto se propõe a conhecer as bibliotecas comunitárias presentes na cidade, com objetivo de perceber como se dá a mediação da informação nesses espaços no que diz respeito às questões em torno das mulheres dessas comunidades e como essas bibliotecas podem colaborar para a emancipação das mulheres. O estudo faz parte do grupo de pesquisa Informação, Conhecimento e Cultura (INFOCCULT) do departamento de Ciência da Informação da UEL e se encontra em andamento até o momento, por essa razão será exposta aqui apenas a pesquisa bibliográfica e as discussões em torno da relação entre a biblioteca comunitária e emancipação feminina. Percebeu-se que a falta de acesso à informação é produto das desigualdades sociais e ao mesmo tempo produtora/mantenedora das condições de subordinação e desigualdade. Acredita-se que a mediação da informação possibilita as mulheres tornarem-se protagonistas sociais e melhorarem suas condições de vida a partir da conquista de sua autonomia e que as bibliotecas comunitárias são espaços promotores da emancipação.

Palavras-chaves: Mediação da Informação. Bibliotecas Comunitárias. Mulheres. Autonomia.

¹ Universidade Estadual de Londrina; Graduação em História (2013), Graduanda de Biblioteconomia; barbara.colono@hotmail.com.

² Universidade Estadual de Londrina; Doutora em Ciência da Informação; lucifbc@gmail.com.

Introdução.

O processo histórico e os avanços tecnológicos nos fizeram desaguar em um universo sustentado pela informação, vivemos no que muitos definem como Sociedade da Informação, na qual as estruturas econômicas, políticas, tecnológicas e sociais se configuram em função da informação e do conhecimento, propalados intensamente no século XX. A quantidade e a velocidade com que somos atingidos por mensagens, atualmente, é incalculável; a tecnologia possibilitou maior autonomia e acesso aos mais diversos conteúdos, porém precisamos nos questionar: todos os sujeitos estão inseridos nessa sociedade da informação? Ela existe de fato ou é apenas uma utopia?

O capitalismo fez da informação um elemento de poder, ao mesmo tempo que a informação possibilita a emancipação dos indivíduos, ela controla e segrega quando se torna um produto da indústria capitalista. As desigualdades no Brasil, fruto desse sistema, criam duas realidades opostas, uma marcada pelo desenvolvimento tecnológico e informacional e outra onde a pobreza limita o acesso às tecnologias e à informação. As unidades de informação deveriam combater essas disparidades, possibilitando o acesso e apropriação³ da informação, porém muitas unidades públicas agem como mantenedoras da ordem social vigente.

Como reação a esse cenário, as comunidade menos privilegiadas desenvolvem ações para promover a democratização da informação, entre essas ações percebe-se o surgimento de bibliotecas comunitárias, que são unidades informacionais criadas e gerenciadas pelo próprio grupo de maneira não estatal. As bibliotecas comunitárias surgem em espaços marginais e sua população tem necessidades informacionais específicas.

Pensando nas desigualdades informacionais existentes na cidade de Londrina/PR e na opressão em relação às mulheres, este projeto se propõe a conhecer as bibliotecas comunitárias presentes na cidade, com objetivo de perceber como se dá a mediação da informação nesses espaços no que diz respeito às questões em torno das mulheres dessas comunidades e como essas bibliotecas podem colaborar para a emancipação das mulheres. Para tanto, optou-se pela pesquisa de natureza bibliográfica, qualitativa, exploratória e descritiva, tendo como ferramenta para coleta de dados a entrevista semiestruturada.

³ Apropriação (informacional e cultural) na Ciência da Informação é compreendida como construção de sentido na relação entre sujeito e objeto, “resultado de reflexões críticas sobre experiências passadas”. (BATISTA, 2018, p. 17).

O contato com o bibliotecário Marcos Moraes da Biblioteca Municipal de Londrina Biblioteca tornou possível identificar quatro bibliotecas comunitárias em Londrina, sendo elas a Vila Cultura Associação de Democratização da Comunicação (Adecom) localizada no Conjunto Saltinho, a Biblioteca Comunitária Abdias do Nascimento - também conhecida como Vila Cultural Flapt - no Conjunto Habitacional Luiz de Sá, a Biblioteca Comunitária do Jardim Vista Bela e a Biblioteca da Vila Cultural Vitória, no Jardim Cristal.

Entretanto, o estudo faz parte do grupo de pesquisa Informação, Conhecimento e Cultura (INFOCCULT) do departamento de Ciência da Informação da UEL e se encontra em andamento até o momento, por essa razão será exposta aqui apenas a pesquisa bibliográfica e as discussões em torno da relação entre a biblioteca comunitária e emancipação feminina. Tem como fundamentação a teoria crítica da informação que a compreende como um insumo essencial à criticidade dos sujeitos, porém disponibilizada de forma desigual e usada como dispositivo de dominação (ARAÚJO, 2009); os estudos sobre a mediação da informação (GOMES, 2014) como meio para o protagonismo social (PERROTTI, 2017), a ideia freireana de autonomia por meio da educação crítica (FREIRE, 1983, 1996, 2011) e a teoria feminista interseccional (CHENSHAW, 2012; RODRIGUES, 2013).

Para compreendermos a organização das bibliotecas comunitárias e seu papel no combate à discriminação e na conquista de direitos sociais, precisamos observar os paradigmas que marcaram a história das bibliotecas e a necessidade que surgiu com a Documentação e a Ciência da Informação em repensar essas unidades informacionais; definir o conceito de biblioteca comunitária e mediação da informação e entender a responsabilidade social dos bibliotecários frente a necessidade de combater a desigualdade informacional e social.

História das bibliotecas e a Ciência da Informação

O conhecimento, enquanto saber apreendido pelos sujeitos através das experiências, só possui significado quando compartilhado. É a partir do compartilhamento e registro do conhecimento que conseguimos preservá-lo, disseminá-lo e, quando necessário, superá-lo. O desenvolvimento de uma sociedade depende do conhecimento que ela produz e consequentemente de sua organização, que torna possível a recuperação e uso da informação.

Francisco das Chagas de Souza (1998) afirma que a organização do conhecimento é uma das metas mais importantes da humanidade, pois possibilita potencializar a apropriação e o uso dos saberes que produzimos. Os saberes que as sociedades produzem se manifestam nos documentos, sejam eles bibliográficos ou não bibliográficos e, para organizar todos esses

documentos são necessários métodos e instrumentos capazes de contemplar a diversidade desses materiais e dessas sociedades. Dessa necessidade surgiram as primeiras bibliotecas; existentes desde a Antiguidade, essa instituição sofreu diversas mudanças de paradigmas e de funções, como veremos agora.

Espaços destinados a guardar documentos produzidos pelo homem existem desde as primeiras civilizações mesopotâmicas, informações registradas em papiros, pergaminhos ou tabletes de argila eram guardados junto com outros objetos nesses tempos, porém a palavra Biblioteca, de origem grega (*bibliothéke*) que significa depósito de livros, passou a ser usada para designar esses locais somente na Antiguidade Clássica. Como o significado sugere, nesse período a biblioteca não tinha caráter público e servia apenas para armazenar os documentos ao invés de disseminá-los.

Até o fim do período medieval esse paradigma não se alterou, a diferença é que na Idade Média o conhecimento estava concentrado nas mãos do clero, por isso as bibliotecas se localizavam nos espaços pertencentes à Igreja Católica; os responsáveis pela guarda dos documentos eram os religiosos, sendo o acesso negado à população leiga (OLIVEIRA, 2005). No século XIII vemos o nascimento das primeiras universidades e a ampliação no número de bibliotecas (ORTEGA, 2004), porém somente no século XV e XVI que esse paradigma começa a mudar por influência de alguns fatos históricos que veremos a seguir.

A invenção da imprensa por Gutemberg possibilitou a reprodução dos livros e tirou das mãos da igreja o monopólio sobre o conhecimento, a partir daí as bibliotecas se expandiram e se separaram dos arquivos e museus, que normalmente se configuravam em um único espaço (ORTEGA, 2004). Outro fato importante para a mudança de paradigma diz respeito a Revolução Francesa (1789) na qual lutava-se para tornar o conhecimento algo público, tirando da elite o controle sobre o mesmo.

Esses acontecimentos resultaram na criação das primeiras bibliotecas públicas, inicialmente na Europa e Estados Unidos da América, mas no Brasil os aspectos não diferem muito, visto que as bibliotecas começaram com a vinda dos jesuítas, posteriormente se restringiram aos acervos reais e com a instauração da República vemos surgir as bibliotecas públicas (OLIVEIRA, 2005).

Com a invenção da imprensa no século XV houve uma multiplicação da produção de livros, com o intuito de inventariar toda essa produção começou a se desenvolver bibliografias, foi a partir delas que Paul Otlet, em fins do século XVIII, iniciou um movimento colaborativo para inventariar toda produção humana, refletindo posteriormente na criação da disciplina de Documentação que propunha o trabalho integrado entre as

instituições informacionais com o objetivo de listar os objetos documentais, visando assim a disseminação da informação (ARAUJO, 2014).

Segundo Jorge Werhein (2000) a sociedade pós-industrial sofreu fortes mudanças técnicas, organizacionais e administrativas, dando origem à Sociedade da Informação. Para o autor, a economia nessa sociedade não gira mais em torno dos insumos baratos de energia, mas sim dos insumos baratos de informação (WERHEIN, 2000). Além disso, é preciso considerar o contexto pós Segunda Guerra Mundial, que provocou uma expansão e supervalorização da informação, além do avanço científico e tecnológico, esses eventos resultaram no desenvolvimento da Ciência da Informação.

Embora a Ciência da Informação tenha se constituído recentemente e mantenha relações com a Biblioteconomia, ela não é a evolução desta última, pois a Ciência da Informação e a Biblioteconomia possuem especificidades (OLIVEIRA, 2005). Entretanto é possível perceber a influência da Ciência da Informação para a mudança de paradigmas na Biblioteconomia.

Até aqui podemos perceber dois paradigmas, o da conservação cultural e o da difusão cultural que se expressam na forma de bibliotecas *templum* e *emporium*, como define Perrotti (2017). Segundo o autor, as bibliotecas *templum* são as instituições da antiguidade e medievo nas quais o objetivo era a conservação e o controle da memória social, enquanto as bibliotecas *emporium* são aquelas que surgiram da efervescência dos movimentos reformadores e ideais iluministas que instauraram a biblioteca pública, visando a democratização da informação.

No entanto, com os estudos desenvolvidos pela Ciência da Informação sobre os fluxos de informação e comportamento de usuários, podemos perceber a forte influência na Biblioteconomia que mudou o foco de suas ações, do acervo para os usuários. Com isso temos novos estudos e práticas que propõem uma biblioteca mais humanizada e que assume um papel social dentro da comunidade em que se encontra. Nessa nova visão de biblioteca sua função não é apenas a conservação e a assimilação da informação pelo usuário, mas sim a apropriação.

Perrotti (2017) se refere a esse perfil de bibliotecas como bibliotecas *forum*, na qual os sujeitos participam do processo de construção do conhecimento e da cultura, ao contrário das bibliotecas *templum* e *emporium* nas quais o indivíduo apenas assimila um conhecimento pré-fabricado de forma acrítica. Em uma biblioteca fórum as pessoas se tornam protagonistas sociais, elas fazem parte das ações e por isso, são sujeitos de sua história e não sujeitados.

Todo esse caminho que percorremos até aqui foi para visualizarmos o quanto a biblioteca se transformou e no quão importante pode vir a ser, enquanto ferramenta para emancipação dos sujeitos, especialmente no que diz respeito às mulheres de comunidades periféricas. Entretanto, o protagonismo social só é possível por meio da mediação e da relação cultural entre os sujeitos, por esse motivo propomos pensar sobre os fatores que estabelecem a opressão sobre a mulher e como as mediações e o papel social do bibliotecário podem colaborar para alcançarmos o ideal de biblioteca *forum*, tornamos a biblioteca algo para além de um “deposito de livros”, um local para reflexão, debate e desconstrução das estruturas opressoras.

A opressão sobre a mulher e as bibliotecas comunitárias como forma de resistência

A origem da opressão sobre a mulher é tema recorrente nas teorias feministas e, ao longo do tempo, desenvolveram-se diferentes tentativas de explicar o surgimento do patriarcado, uma das teorias se refere às significações dadas às diferenças fisiológicas entre homens e mulheres – como a força muscular inferior da mulher e a reprodução que foram utilizadas como justificativas (infundadas) para a subordinação da mulher (BEAUVOIR, 1970). A sexualidade e o falocentrismo são outra explicação para a subjugação da mulher, visto que criou-se um simbolismo sobre o homem e seu falo que foi compreendido como símbolo de soberania, sendo esse discurso fortalecido pelas teorias psicanalíticas (BEAUVOIR, 1970).

Ainda de acordo com Beauvoir (1970), o materialismo histórico de Engels entende a opressão sobre a mulher como uma consequência do estabelecimento da propriedade privada e da família, pois ao dominar propriedades e outros grupos por meio da escravidão, o homem tornou-se também proprietária da mulher, sendo assim a origem do patriarcado está ligado a aspectos econômicos e à divisão do trabalho. Entretanto, a autora ressalta que o materialismo histórico não dá conta de compreender todos os aspectos que envolvem o que é ser mulher, por isso faz-se necessário uma abordagem que contemple tanto questões biológicas, psicanalíticas e econômicas.

Mais importante do que descobrir a origem da opressão sobre a mulher é assumir que ela existe e compreender como ela opera, para que assim seja possível desconstruir as bases que a sustentam. Para tanto, é essencial desnaturalizar a condição feminina, ou seja, reconhecer que ser mulher não é uma condição natural determinada pelo sexo, mas sim uma condição social e culturalmente construída, por meio do gênero. Para Beauvoir (1967) e Scott (1990) a mulher é definida pelos papéis sociais à ela atribuídos, por isso a afirmação:

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Universidade Estadual de Londrina
13 a 15 de junho de 2018
ISSN 2177-8248

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

Compreende-se que o gênero é um dos fatores para a desigualdade entre os seres, entretanto acredita-se que há uma intersecção entre gênero, raça e classe social que são determinantes nas formas de opressão vividas pelas mulheres, visto que ser mulher é uma condição que varia de acordo com a cor e a classe social a qual se pertence e que, em muitos casos são desconsiderados pelas teorias feministas.

De acordo com Rodrigues (2013) a interseccionalidade foi um termo cunhado pelas ativistas do movimento negro e feminista dos anos 1980 pela necessidade de romper o silêncio do feminismo branco em relação as opressões que associavam racismo e sexismo e conquistar direitos sociais e políticas públicas que englobassem as condições de gênero e raça. Kimberle Crenshaw é uma das mais importantes feministas que abordam a interseccionalidade, segundo ela:

O desafio é incorporar a questão de gênero à prática dos direitos humanos e a questão racial ao gênero. Isso significa que precisamos compreender que homens e mulheres podem experimentar situações de racismo de maneiras especificamente relacionadas ao seu gênero. As mulheres devem ser protegidas quando são vítimas de discriminação racial, da mesma maneira que os homens, e devem ser protegidas quando sofrem discriminação de gênero/racial de maneiras diferentes. Da mesma forma, quando mulheres negras sofrem discriminação de gênero, iguais às sofridas pelas mulheres dominantes, devem ser protegidas, assim quando experimentam discriminações raciais que as brancas frequentemente não experimentam. Esse é o desafio da interseccionalidade. (CRENSHAW, [2012?], p. 9).

Segundo Chenshaw [2012?] a interseccionalidade possibilita aproximar as instituições no que diz respeito aos direitos humanos uma vez que permite reflexões multidimensionais sobre as discriminações e desigualdades sociais. A biblioteca, enquanto instituição, tem a capacidade de promover o debate e ações de combate à desigualdade de forma mais completa se levar em consideração os aspectos de gênero, raça e classe social que envolvem as mulheres. As bibliotecas comunitárias foram escolhidas para a pesquisa devido à natureza desses espaços, que por se formarem em regiões periféricas, se configuram como forma de resistência das minorias e delas se aproximam mais do que as unidades públicas.

Os estudos sobre Biblioteca Comunitária ainda são escassos no meio acadêmico, porém dois trabalhos se destacam, “*Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Alternativas*” de

Almeida Junior (1997) que discorre sobre o modelo tradicional e as propostas alternativas que surgiram na tentativa de transformar a concepção e a atuação da biblioteca pública tradicional; e a tese de Elisa Machado (2008) “*Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil*” que busca conceituar a biblioteca comunitária e tenta compreender a relação entre os sujeitos e o objeto da pesquisa, possibilitando responder questões referentes a construção desses espaços, o perfil do profissional que neles atuam, como se relacionam com a comunidade, qual o papel da Biblioteconomia e da Ciência da Informação e quais as políticas públicas são realizadas para esses projetos.

Segundo Machado (2008), as bibliotecas e as práticas sociais estão vinculadas ao contexto no qual ocorrem, a biblioteca comunitária surge como uma resposta aos impactos causados pela pós-modernidade, como a sensação de desequilíbrio, a aceleração do tempo e das relações provocada pelo avanço tecnológico, assim como o individualismo e a desigualdade no acesso à informação.

A informação e o conhecimento tornaram-se um problema social ao serem convertidos em produtos aos quais somente quem tem poder de compra tem acesso, situação agravada ainda mais pela falta de políticas pública. Como forma de combater a exclusão social e solucionar a falta de acesso à informação e à leitura, surgem as bibliotecas comunitárias a partir de ações comunitárias coletivas (MACHADO, 2008).

A definição do termo é complexo, muitas bibliotecas com as mesmas características e objetivos usam o termo biblioteca popular, porém a autora ressalta que a criação da biblioteca popular esta imersa no movimento populista do governo brasileiro entre as décadas de 1930 e 1960. Muitas vezes a mudança ocorre apenas na esfera semântica, conservando os mesmos serviços da biblioteca pública, como observado por Almeida Junior (1997).

Entretanto, Machado (2008) elenca algumas particularidades da biblioteca comunitária:

1. a forma de constituição: são bibliotecas criadas efetivamente pela e não para a comunidade, como resultado de uma ação cultural.
2. a perspectiva comum do grupo em torno do combate à exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social.
3. o processo de articulação local e o forte vínculo com a comunidade.
4. a referência espacial: estão, em geral, localizadas em regiões periféricas.
5. o fato de não serem instituições governamentais, ou com vinculação direta aos Municípios, Estados ou Federação (MACHADO, 2008, p. 60-61).

Dessa forma, a biblioteca comunitária pode ser considerada um outro tipo de espaço, diferente da biblioteca pública, pois se pauta na autonomia, flexibilidade e articulação local, além de valorizar a ação cultural acima da organização e tratamento da informação

(MACHADO, 2008), contrariando Almeida Junior (1997) que a define apenas como um simulacro da biblioteca pública.

Paulo Freire (1983, 1996, 2011) defende que a revolução acontece por meio da educação crítica, que ao contrário da educação bancária promove a conscientização política dos sujeitos, que percebem-se como oprimidos e buscam mudança através da práxis. O diálogo e a comunicação são promotores da libertada, pois por meio destes os indivíduos se colocam como sujeitos do processo histórico, capazes de transformar o mundo.

Freire vê a educação como uma ação política e cidadã, que deve acontecer não apenas na sala de aula, mas em todos os espaços de interação social – e por que não nas bibliotecas comunitárias? Flusser (1983), define a biblioteca como um instrumento de ação cultural, sendo a ação cultural a ideologia política de uma profissão, que possui uma motivação manipuladora (normativa) ou visa promover a emergência cultural (transformadora). Para que a ação cultural seja transformadora é preciso promover o encontro entre os sujeitos fora desse sistema normativo, possibilitando a criatividade e criação, por meio da qual o indivíduo se torna cidadão(ã).

Segundo Flusser (1983, p. 162), “para que uma biblioteca possa vir a ser uma biblioteca-ação cultural é necessário que ela se volte para o não público” – são aqueles a quem a sociedade limita ou recusa os meios para optar livremente. Na prática, podemos tornar as biblioteca comunitárias em espaços de transformação social por meio do diálogo crítico que objetive a autonomia e da aproximação entre as instituições/movimentos que lutem por direitos humanos e sociais.

No caso das mulheres, as biblioteca comunitárias podem estabelecer relações entre as políticas pública de acesso à informação e de fomento à leitura com as políticas públicas de gênero, raça e classe social. É possível promover campanhas de combate ao racismo e à violência contra a mulher, disponibilizar informações sobre as centrais de atendimento à mulher, esclarecimento sobre os direitos sexuais, reprodutivos e no campo da saúde em geral, não apenas para as mulheres brancas, mas as negras, indígenas, com deficiências, LGBT's jovens e idosas. Além de proporcionar orientação sobre a os direitos trabalhistas, promover cursos de capacitação e educação financeira para que as mulheres conquistem a autonomia financeira.

No âmbito cultural, a biblioteca pode realizar ações de valorização da mulher e da diversidade; viabilizar a apresentação de teatros, danças, palestras e rodas de leitura em torno das questões femininas, que deem visibilidade as figuras femininas do mundo das artes e às próprias moradoras da comunidade, criando condições para o empoderamento dessas

mulheres. Entretanto, para que essas ações se efetivem é preciso que haja recursos financeiros, tecnológicos, humanos e intelectuais – o que permanece sendo o maior desafio das bibliotecas brasileiras se levado em conta o descaso do Governo frente a essas unidades – além da ação mediadora e da responsabilidade social das pessoas que atuam nesses espaços.

A responsabilidade social do(a) bibliotecário(a) e a mediação da informação

Falar sobre a responsabilidade social das bibliotecas torna-se um desafio, visto que poucas pesquisas se dedicam ao tema e grande parte dos cursos de Biblioteconomia e dos profissionais da área ainda se preocupam mais com questões técnicas e tradicionais. Embora não se queira criar estereótipos, é impossível não perceber o perfil pouco social e de desengajamento político que os cursos de Biblioteconomia carregam.

Almeida Junior (1997) chama a atenção para o desinteresse que a sociedade capitalista provocou em relação às bibliotecas públicas, tanto por parte dos profissionais, quanto dos usuários, pois essa instituição se apresenta muitas vezes inerte, passiva e neutra frente à realidade, apenas reproduzindo o discurso das camadas dominantes da sociedade, não assumindo seu papel social.

Nota-se que grande parte dos bibliotecários que ocupam cargos públicos estão mais preocupados com a estabilidade e os benefícios que a carreira possibilita do que com o papel que a instituição deveria desempenhar e que depende, em parte, da atuação dos mesmos; essa realidade perpetua a ideia de biblioteca *templum*, conservadora, inacessível e leva muitas pessoas a escolherem o curso apenas por interesse nos concursos públicos.

Como dito anteriormente, a configuração da sociedade capitalista leva à desvalorização das bibliotecas públicas por falta de profissionais comprometidos socialmente, no caso das bibliotecas comunitárias não há nem mesmo bibliotecários atuando nesses espaços. Por essa razão, pretende-se abordar a questão da responsabilidade social e da mediação com o objetivo de contribuir para a conscientização sobre o papel social da biblioteca, por parte dos bibliotecários.

Apesar desse cenário ser uma realidade preocupante, é possível perceber algumas transformações. As Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2001) do curso de Biblioteconomia aprovadas em 2001 passaram a contemplar aspectos sociais da profissão e prezam pelo tratamento e disseminação da informação de maneira crítica para que bibliotecários atendam às necessidades informacionais das diferentes comunidades. No que diz respeito aos conteúdos propostos pelas diretrizes a maioria ainda é de caráter técnico, porém a visível mudança nas diretrizes influencia a evolução dos currículos das Instituições de Ensino

Superior de Biblioteconomia e traz reflexões a respeito das responsabilidades que a profissão carrega.

Embora no exercício da profissão ainda seja difícil perceber a conscientização dos bibliotecários em relação a seu papel social e seu envolvimento com práticas humanitárias, as transformações no meio acadêmico possibilitam falar de conceitos antes não abordados pela Biblioteconomia e refletem na formação de um novo perfil de bibliotecário.

As transformações econômicas, tecnológicas e políticas são acompanhadas pelo aparecimento de novos questionamentos e conceitos, visto que provocam alterações nas estruturas sociais e, por vezes, a desigual distribuição dos recursos, como ocorreu com o avanço do capitalismo e da globalização. Na tentativa de corrigir os efeitos negativos do neoliberalismo reinante no início do século XX, o conceito de Responsabilidade Social passou a ser utilizado no meio empresarial como sinônimo de comprometimento com a comunidade, uma maneira de compensar a sociedade pelas consequências negativas das atividades empresariais (MORAES; LUCAS, 2012).

Se pensarmos a Informação como um recurso – que por sua vez também é distribuído desigualmente na sociedade atual, excluindo uma parcela da população da dita sociedade do conhecimento – e que o bibliotecário, enquanto cientista da informação é responsável pela disseminação da informação, então compreende-se que o mesmo tem a responsabilidade social de combater o acesso desigual ao conhecimento, a partir do comprometimento com a comunidade. Portanto, falar em responsabilidade social na biblioteconomia é assumir a obrigação de atenuar as consequências negativas da atual configuração social.

Sobre a emancipação dos sujeitos e a importância do bibliotecário nesse processo, Dudziak (2007), com base nas discussões do High-Level Colloquium in Information Literacy and Lifelong Learning realizado em 2005, ressalta que:

[...] a existência de cidadãos emancipados e socialmente incluídos depende da capacidade de todos (coletividade), e de cada um, de desenvolver continuamente a competência em informação, o aprender a aprender e o aprendizado ao longo da vida. Estes três elementos são pré-requisitos para a efetiva participação em uma Sociedade de Conhecimento e formam a base sobre a qual torna-se possível transformar a realidade (HLC, 2006). (DUDZIAK, 2007, p. 89).

A mediação da informação se apresenta como tema recente, porém em grande destaque na Ciência da Informação, principalmente no que diz respeito às atividades de mediação e ao papel do mediador. Segundo Henriette Gomes (2014) o objetivo da mediação é o protagonismo social, ou seja, a interação entre polos que se dá pela comunicação e que é

alcançado por meio do processo dialógico e da consciência do mediador enquanto sujeito que age, constrói e interfere no meio, sendo responsável pela produção humanizadora do mundo.

A base da ação mediadora é a dialogia; é através da comunicação e do compartilhamento que os sujeitos constroem significações, promovem o encontro e a manifestação das subjetividades, colaborando para a reflexão crítica sobre os conhecimentos que nos faltam e torna possível o desenvolvimento intelectual, como sugere Vygotsky (apud GOMES, 2014), é pela ação mediadora que desenvolvemos nossa potencialidade. A mediação, segundo Freire (1996), nos transforma em sujeitos da nossa própria história, pois nos faz capazes de pensar sobre as coisas do mundo e nosso papel na sociedade, com essa consciência podemos interferir na realidade e modificá-la, agindo como protagonistas.

O mediador da informação é movido pelas necessidades informacionais e, por meio de sua ação todos os envolvidos na mediação podem descobrir novas possibilidades e potencialidades. O mediador, como um protagonista social, tem a responsabilidade de cuidar, organizar, preservar, disseminar e recuperar a informação para acesso, uso e apropriação pela sociedade, sua ação reflete em autoconhecimento e auto realização, configurando assim, a dimensão estética da mediação, na qual os sujeitos encontram a poética e o belo no ato de criar e conforto no ambiente informacional, conforto esse garantido pela dialogia, pela comunicação colaborativa entre mediador e mediado (GOMES, 2014).

Henriette Gomes (2014) chama nossa atenção para a dimensão ética da mediação, que estabelece uma linha tênue entre interação e manipulação. A ação mediadora é uma interferência na realidade, porém é preciso agir com cautela para amenizar os riscos de manipulação, com ética, consciência e competência é possível interferir sem manipular, estabelecendo uma relação de confiança, diálogo e cooperação:

A consciência e a competência para interferir evitando a manipulação são dependentes da conduta ética associada à busca de identificação de sinais que indiquem o grau de conforto, confiança, cumplicidade e cooperação que se pode gerar na ação mediadora. Isso implica no desenvolvimento de competências para acolher, ouvir e dialogar com o outro, implica na capacidade de escuta e observação sensíveis dos comportamentos que se desdobram da ação mediadora, além da adoção de princípios que inibam a censura e o direcionamento do acesso à informação que desconsidere a igualdade de direitos e a liberdade de pensamento. (GOMES, 2014, p. 53).

Assim, a dimensão ética revela a mediação como um ato de cuidar, pois se preocupa com o coletivo, em garantir o direito à informação, em estabelecer um sentimento de pertença e com a humanização do mundo. A mediação também implica na formação de usuários, partindo da perspectiva de Pareyson na qual os seres humanos estão em constante formação, Gomes (2014) demonstrar que a mediação tem papel determinante na formação, pois é através

das experiências e da interação – entre sujeitos, sujeitos e objeto e sujeitos e o meio – que a formação acontece, alterando o estado cognitivo e afetivo do indivíduo.

Considerações finais.

A falta de acesso à informação é produto das desigualdades sociais e ao mesmo tempo produtora/mantenedora das condições de subordinação e desigualdade. Acredita-se que a mediação da informação possibilita as mulheres tornarem-se protagonistas sociais e melhorarem suas condições de vida a partir da conquista de sua autonomia e que as bibliotecas comunitárias são espaços promotores da emancipação.

O projeto se inspira na luta do movimento feminista por direitos sociais que compreende a existência feminina sob vários aspectos – de gênero, étnicos, financeiros, regionais, etc. – e julga que tais conquistas só serão possíveis por meio da educação das mulheres, mas uma educação voltada para a autonomia e protagonismo social, sendo as bibliotecas espaços capazes de promover a apropriação cultural e informacional por parte delas, desde que a ação mediadora seja pautada nas usuárias e em suas necessidades informacionais, para isso torna-se essencial conhecer a realidade dessas mulheres, colocando-as como sujeitos da ação.

Este foi o primeiro passo de uma pesquisa que pretende se estender ao campo prático ao fazer um mapeamento das ações de mediação da informação direcionadas às mulheres das bibliotecas comunitárias de Londrina, conhecendo a realidade desses espaços e das mulheres que as frequentam, na intenção de contribuir com fortalecimento dessas unidades informacionais e com a emancipação da mulher. A pesquisa não pretende apresentar ideias conclusivas, mas sim continuar promovendo o debate em torno do acesso à informação e a opressão sobre a mulher.

Referências

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: Ed. UEL, 1997.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível**. Brasília, DF: Briquet de Lemos; São Paulo: ABRINFO, 2014.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p.192-204, set./dez., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a13.pdf>. Acesso em: 03/04/2018.

BATISTA, Carmem Lucia. Os conceitos de apropriação: contribuições à Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 210-234, maio/ago. 2018. Disponível

em: <http://www.seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/download/74317/47702>. Acesso em: 27/05/2018.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

_____. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silva Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC** Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares para os cursos de graduação**. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 30/03/2018.

CRENSHAW, Kimberlé. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. In Painel 1 - Cruzamento Raça e Classe, [2012?]. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 28/04/2018.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. **PontodeAcesso**, Salvador, v.1, n.1, p. 88-98, jun. 2007.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**: Belo Horizonte, v.12, n.2, p. 145-169, set./1983.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

_____. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOMES, H. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação&Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46 – 59, maio./ago. 2014.

MACHADO, Elisa C. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. São Paulo: USP, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. - São Paulo: Atlas, 2010.

MORAES, Marielle Barros de; LUCAS, Elaine de Oliveira. A responsabilidade social na formação do bibliotecário brasileiro. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 109 - 124, jan./jun. 2012.

OLIVEIRA, Marlene de. (coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Universidade Estadual de Londrina
13 a 15 de junho de 2018
ISSN 2177-8248

ORTEGA, Cristina D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação - v.5, n.5, out/2004.

PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo social. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (Orgs). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. 11-26p.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v.1S, n.2, jul./dez. 1990.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Organização do conhecimento na sociedade**. Florianópolis: UFSC. Centro de Ciência da Educação. Núcleo de publicações, 1998.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. Brasília: **Ci. Inf.**, v.29, n. 2, p. 71-77, maio/agosto. 2000.